

# Sumário

Número de notícias: 24 | Número de veículos: 17

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Corte de subsídio poderia turbinar os gastos com a área social ..... 3

O GLOBO - RJ - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Grupo quer votar liberação de jogos em novembro ..... 7

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Prévia indica aumento real de 12,7% na arrecadação ..... 8

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
SEGURIDADE SOCIAL

Auxílio de transição divide o ministério ..... 9

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
SEGURIDADE SOCIAL

Congresso estuda desoneração permanente da folha ..... 11

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA  
SEGURIDADE SOCIAL

Reforma da Previdência avança na Câmara de SP ..... 13

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
SEGURIDADE SOCIAL

Orçamento de 2022 ignora fila de espera do INSS; custo pode ir a R\$ 11 bi ..... 15

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
SEGURIDADE SOCIAL

Órgão descumprir prazo para analisar pedidos de benefício ..... 17

O GLOBO - RJ - POLÍTICA  
SEGURIDADE SOCIAL

Projeto da CPI prevê pensão a órfãos da pandemia ..... 18

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
SEGURIDADE SOCIAL

Analistas voltam a melhorar previsão de déficit primário para este ano e o próximo  
..... 19

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
SERVIDOR PÚBLICO

Governo avalia auxílio apenas para Bolsa Família ..... 20

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governadores querem ir ao STF contra mudança na tributação de combustível ..... 21

O GLOBO - RJ - OPINIÃO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Mudança no ICMS é demagógica e cria incentivo a combustíveis fósseis (Editorial) ..... 23

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Mudança no ICMS deve ter tramitação difícil no Senado ..... 24

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governadores pressionarão bancadas e acionarão o STF .....	25
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Ministério da Economia vê risco fiscal com judicialização .....	26
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
A reforma do tributo seletivo (Artigo) .....	27
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
O acordo mundial sobre impostos na era digital (Editorial) .....	28
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Lira prevê solução definitiva para desonerar folha .....	29
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Itamaraty vai trocar até 40 embaixadores .....	31
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Proposta representa distorção do tributo, dizem especialistas .....	32
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
Dividendo social .....	33
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Brasil ruma a inflação alta e PIB fraco nos próximos trimestres, diz Capital Economics .....	34
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA ECONOMIA	
PEC dos precatórios pode postergar despesas de R\$ 346,7 bi até 2030 .....	35

# Corte de subsídio poderia turbinar os gastos com a área social



Fernando Canzian são paulo

O baixo crescimento da economia, com aumento da miséria e urgência em reforçar programas sociais focalizados, explicita a necessidade de o Brasil rever o destino de bilhões de reais alocados em incentivos empresariais considerados pouco eficientes e concentradores de renda.

Neste ano, o Brasil deixará de arrecadar quase R\$ 310 bilhões com benefícios tributários concedidos a empresas e setores. Somados a outros incentivos creditícios (R\$ 26 bilhões em 2020), o valor equivale a quase dez vezes o Bolsa Família, principal programa com foco na pobreza extrema.

O total também se aproxima ao de todos os salários e encargos com servidores civis ativos e inativos (R\$ 335,4 bilhões), segunda maior despesa direta do governo federal -atrás da Previdência (cerca de R\$ 700 bilhões).

Especialistas defendem que parte do dinheiro dos benefícios seja direcionada ao reforço de programas sociais, sobre tudo os voltados à primeira infância, para interromper o ciclo de pobreza intergeracional - que leva filhos de pais pobres a se tornarem, no futuro, pais de crianças pobres.

Também dizem ser imprescindível uma reforma administrativa que diminua o peso do funcionalismo público no gasto federal, abrindo espaço no Orçamento para investimentos e programas de renda focalizados.

O próprio orçamento da área social, de 25% do **PIB**, poderia ser reformado -o Bolsa Família, por exemplo, leva apenas 0,5% do **PIB**.

Os benefícios tributários, financeiros e creditícios a setores e empresas dobraram nos governos Lula e Dilma Rousseff (2003-2016) e hoje chegam a quase 4,5% do **PIB**. Embora o governo Jair Bolsonaro (sem partido) tenha prometido reduzi-los, não houve alteração significativa até agora.

Só em setembro, após quase três anos, Bolsonaro enviou ao Congresso projeto de lei para cortar R\$ 22 bilhões nesses benefícios fiscais.

Análise do Banco Mundial sobre políticas de incentivos em Brasil, Austrália, Canadá, Coréia do Sul, Holanda e México concluiu que só o caso brasileiro resultou na combinação de aumento dos gastos tributários e queda na arrecadação -sugerindo que não aceleraram o crescimento.

Os benefícios tributários no Brasil representam quase um quarto das receitas administradas pela **Receita Federal** e, do ponto de vista regional, são fontes de desigualdades.

Estudo do Ministério da Economia mostrou que estados mais pobres como Maranhão, Piauí, Acre, Alagoas e Pará receberam menos de um terço da média nacional dos benefícios percapita em 2018.

Já Amazonas (por causa da Zona Franca de Manaus), Santa Catarina e São Paulo se beneficiaram mais de renúncias tributárias do que contribuíram, proporcionalmente, para o crescimento do **PIB**.

Para Vinícius Botelho, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV) e ex-secretário nacional nos ministérios de Desenvolvimento Social e da Cidadania, há margem para reformulação com o objetivo de ampliar programas sociais.

"Essa é uma discussão básica, de realocação de recursos de áreas que não demonstram bons resultados para outras prioritárias" afirma.

Segundo relatório do TCU (Tribunal de Contas da União), "benefícios fiscais, em geral, representam distorções ao livre mercado e resultam, de forma indireta, em sobrecarga fiscal maior para os setores não beneficiados".

"Em um contexto de restrição [orçamentária], como o enfrentado pela União, os valores associados a esses benefícios devem ser considerados com maior atenção, em virtude do impacto nas contas públicas", diz o TCU.

Para o economista Alexandre Manoel, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, embora eventual corte dos benefícios possa resultar em aumento da carga tributária, isso seria positivo, pois deixaria de haver tratamento privilegiado a alguns setores.

Ele suspeita que boa parte da diminuição da capacidade do governo nos últimos anos de produzir superávits primários (economia para reduzir a dívida pública) tenha relação com o aumento dos benefícios tributários, que diminuíram a **receita federal**.

A queda dos superávits a partir do início da década passada, que levou à aceleração da dívida bruta e à forte recessão no biênio 2015-2016 (quando o **PIB** encolheu 7,2%), coincidiu justamente com a escalada dos benefícios tributários.

Segundo especialistas, o aumento da dívida bruta (equivalente a 82,7% do **PIB** e maior entre os grandes emergentes) e a insegurança fiscal atual estão na raiz do crescimento medíocre nos últimos anos.

No passado, tentativas de diminuir os incentivos foram seguidas de forte lobby de seus beneficiários. Mas um corte linear hipotético de apenas 10% para todos os favorecidos quase dobraria o Bolsa Família.

"De um lado, há todo um esforço para encontrar dinheiro e reforçar o Bolsa Família. De outro, uma conta bilionária que favorece a concentração de renda", afirma Paulo Tafner, diretor-presidente do Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social (IMDS).

Para o economista Marcos Mendes, pesquisador associado do Insper e colunista da Folha, os subsídios tributários e financeiros acabam protegendo empresas e setores ineficientes, que não contribuem para o crescimento da produtividade, da economia e do emprego.

"O fundamental é acelerar a produtividade e inserir os mais pobres numa economia em crescimento. Não é sustentável só redistribuir uma renda que, no geral, não tem aumentado", diz Mendes.

Especialistas defendem ainda reformar o Estado para aumentar a produtividade e o espaço no Orçamento para reforço de programas sociais. Considerada imprescindível, a reforma administrativa proposta pelo Ministério da Economia sofria até pouco tempo resistência de Bolsonaro.

No fim de setembro, uma comissão especial no Congresso manteve no texto da reforma a estabilidade aos servidores, fato considerado um retrocesso pelos que defendem mudanças mais ambiciosas.

Além de manter a estabilidade, Bolsonaro pretende ampliar em quase 70 mil o total de servidores (um recorde em seu governo) no próximo ano eleitoral, segundo dados do projeto de Orçamento de 2022.

Como proporção do **PIB**, o Brasil gasta o equivalente a 13,1% com o funcionalismo federal, estadual e municipal - mais que Chile e México (abaixo de 9%) e acima da média dos países ricos (10,5%), segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

O gasto anual com servidores federais ativos faz com que ganhem 67% mais que seus pares na iniciativa privada, com cargos e nível educacional similares, segundo análise do Banco Mundial em 53 países.

Dados da FGV Social a partir do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) mostram grande concentração de rendimentos nos funcionários públicos federais em relação ao resto da população. Entre as 10 ocupações mais bem pagas no Brasil, 6 estão no setor estatal.

Por causa dos servidores em Brasília, o Distrito Federal tem o maior rendimento médio entre as 27 unidades da Federação (considerando quem declara ou não o IRPF) e entre declarantes apenas. Ante o resto do país, a renda no DF mais que dobra a nacional.

Os dados do FGV Social, a partir do IRPF de 2018, incluem todos os rendimentos declarados, inclusive de aplicações financeiras e dos chamados PJ (pessoa jurídica), muitas vezes indivíduos que operam por meio de empresas individuais e recolhem menos **tributos** através do Simples.

O Simples lidera os benefícios tributários, com 24,6% do total. Em seguida vêm a agricultura e agroindústria (setor de grande concentração de renda), rendimentos isentos e não tributáveis, entidades sem fins lucrativos e a Zona Franca de Manaus.

Para Pedro Ferreira de Souza, pesquisador do Ipea, os benefícios tributários e a tributação via IRPF demonstram que existe um "conflito distributivo puro" no Brasil.

"De um lado, os ricos e a classe média formam um grupo de interesse que obtém benefícios tributários, são pouco onerados via IR e não pagam imposto sobre dividendos. De outro, os pobres, que não têm

canais de pressão e suportam grande carga via **impostos** sobre o consumo" diz Souza.

"O resultado é que temos ganhos concentrados para poucos e perdas difusas para muitos."

Em sua opinião, o país precisaria aumentar a tributação sobre a renda para além dos atuais 15% da população que declaram IR (menos que a média latino-americana e de muitos países do sul da Europa).

Também seria preciso diminuir os **impostos** indiretos sobre o consumo -o que leva os pobres a pagarem, proporcionalmente , muito mais **impostos** do que os ricos.

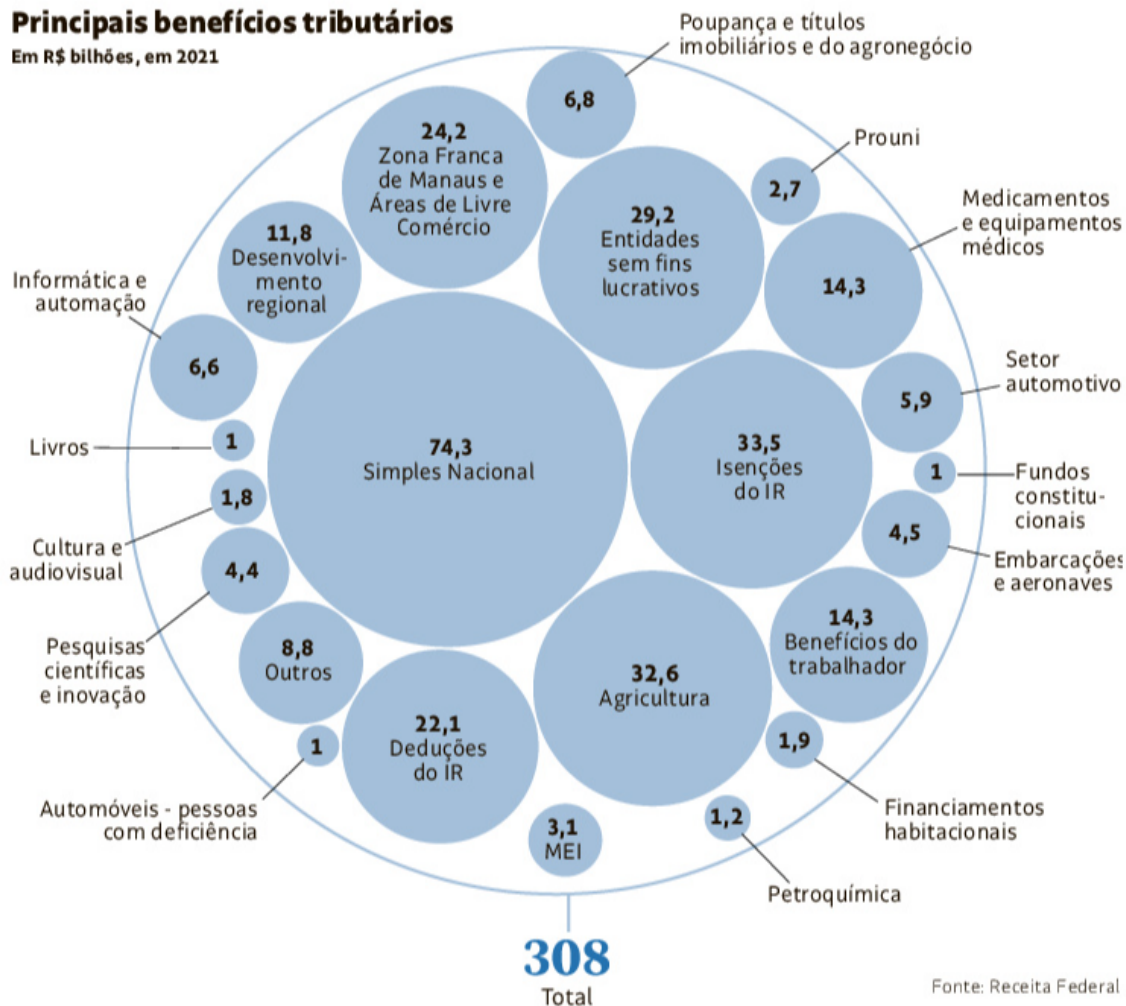
**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=496>**

**99**

## Principais benefícios tributários

Em R\$ bilhões, em 2021

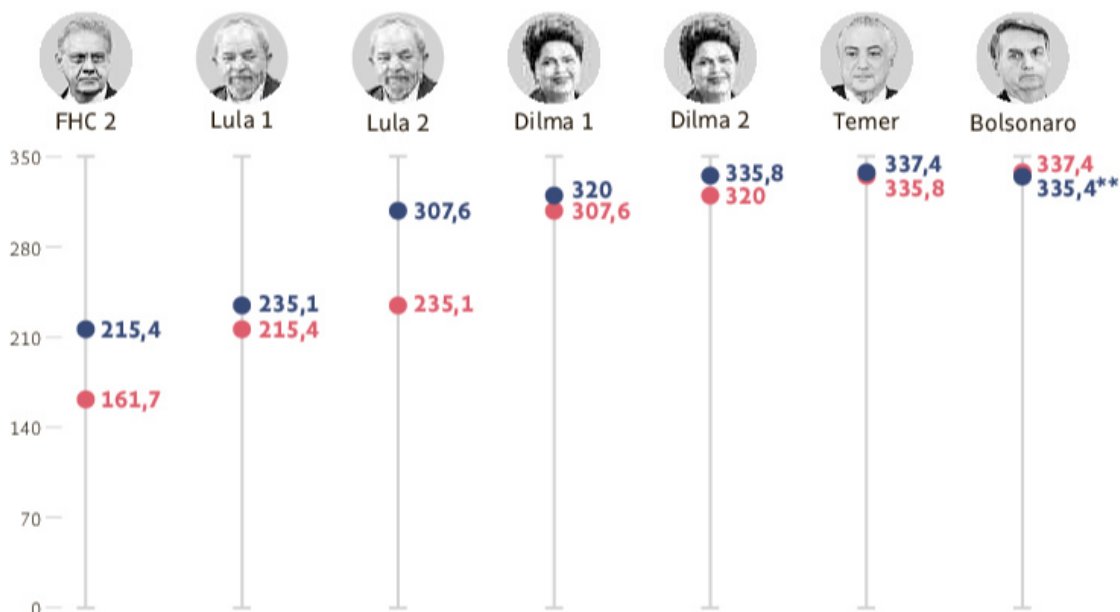


Fonte: Receita Federal

## Quem mais aumentou despesa com servidor

Gasto do Executivo federal, em R\$ bi\*

● Início de mandato ● Fim de mandato



\*Valores corrigidos de salários e encargos para ativos e inativos \*\*Previsão a partir de dados até abr.21  
Fontes: Secretaria do Tesouro Nacional e Ipea

# Grupo quer votar liberação de jogos em novembro

**EVANDROÉBOLI** [evarxiro.ebolf@bsb.og.lobocom.br](mailto:evarxiro.ebolf@bsb.og.lobocom.br)  
**BRASÍLIA**

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Prévia indica aumento real de 12,7% na arrecadação

*Lu Aiko Otta*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187034?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187034?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187034?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187034?page=1&section=1)



# Auxílio de transição divide o ministério



**Israel Medeiros Raphael Felice Vera Batista**

Devido às dificuldades em obter uma fonte de financiamento para o Auxílio Brasil, que pretende implementar em substituição ao Bolsa Família, o governo estuda conceder um auxílio emergencial de transição, que seria pago àqueles não contemplados pelo novo programa social e beneficiaria aproximadamente 20 milhões de famílias. A ideia é bancar parcelas de R\$ 150 e R\$ 250, em novembro e dezembro, por meio de um crédito extraordinário.

Mas esta possibilidade vem trazendo desconforto para parte do time do Ministério da Economia. Isso porque, a apenas 18 dias do fim do auxílio emergencial concedido durante a pandemia de covid-19, o clima na equipe econômica é de tensão e enfrentamento para impedir a prorrogação do benefício - como defendem auxiliares do presidente Jair Bolsonaro e lideranças do Congresso -, enquanto o governo não tira do papel o Auxílio Brasil.

Os principais assessores do ministro da Economia, Paulo Guedes, já avisaram em reuniões internas e com representantes do mercado financeiro que não assinam a prorrogação do auxílio emergencial por meio de novo crédito extraordinário. Isso possibilitaria que as despesas ficassem fora do teto de gastos - regra prevista na Constituição que fixa um limite anual de despesas com base na variação da **inflação**.

Diante desse conflito interno, fontes da pasta confirmam que Guedes negocia a tramitação da PEC dos Precatórios, ainda a única fonte de custeio encontrada para bancar o Auxílio Brasil. A proposta de emenda constitucional deve ser analisada no Plenário da Câmara dos Deputados na próxima semana com alterações - como a retirada do parcelamento de precatórios por 10 anos e a criação de um teto anual

para pagamento dessas despesas.

"A PEC dos precatórios abrirá espaço para que o novo programa social fique dentro do teto de gastos. A preservação do teto é importante e tem mostrado efeitos concretos sobre as contas públicas. Graças ao teto, por exemplo, a projeção para o déficit primário em relação ao **PIB** ao fim de 2021 já foi revisada para baixo quatro vezes seguidas, e agora é de 1,6%. Para 2022, o PLOA (Projeto de Lei Orçamentária Anual) projeta déficit próximo de 0,5% do **PIB**, além de uma relação entre despesas primárias e **PIB** menor que a do primeiro ano de governo", explicou o Ministério da Economia, por meio de nota, ao Correio.

Em outra vertente, o projeto da reforma do Imposto de Renda, que está no Senado, é tratado como a segunda fonte de financiamento do Auxílio Brasil. Só que o relator, senador Angelo Coronel (PSD-BA), já disse que não entregará seu parecer este mês. Ele defende que a análise da proposta seja feita com calma para, depois, ser votada.

## Fundo de ações

Guedes, aliás, voltou a defender a criação de um fundo com ações de empresas estatais, entre elas a Petrobras, para injetar recursos no Auxílio Brasil. O Fundo de Redução da Pobreza, que ainda está sendo alinhavado pela equipe econômica, tem a intenção de repartir o dinheiro com os beneficiários, em caso de venda de estatais ou de distribuição de dividendos (lucro aos acionistas) de companhias superavitárias.

"O desespero eleitoral leva ao desatino fiscal. Já vimos este filme. O atual governo quer uma nova versão do Bolsa Família, o Auxílio Brasil, por razões sociais, mas, sobretudo, políticas", resumiu o economista Gil Castello Branco, secretário-geral da Associação Contas Abertas. Ele lembrou, porém, que essa proposta vincula recursos e pode contrariar o Art. 44 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) - que diz que é "vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de **previdência social**, geral e próprio dos **servidores públicos**".

## Deficit primário inferior a gasto com a pandemia

De acordo com o Ministério da Economia, o déficit primário acumulado no período de janeiro a agosto

deste ano, de R\$ 83,3 bilhões, é inferior aos R\$ 97,3 bilhões pagos até meados de setembro em ações contra a covid-19. Pelos cálculos da pasta, se não fosse a pandemia, seria possível que o Brasil estivesse perto de zerar o déficit ou, até mesmo, com um pequeno superavit. E isso graças ao teto, que impede que a melhora da arrecadação se reverta automaticamente em aumento do gasto, como ocorria antes.

# Congresso estuda desoneração permanente da folha

**Danielle Brant** *brasília*

O Congresso estuda alternativas para tratar de maneira permanente a desoneração da folha de pagamentos no Brasil, em meio à tramitação de um projeto sobre o assunto em comissão da Câmara, afirmou o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL).

Lira concedeu entrevista à rádio Bandeirantes na manhã desta quinta-feira (14) e comentou o projeto que renova a desoneração da folha salarial de 17 setores até 2026. O texto tramita de forma conclusiva na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara. Isso significa que, se aprovado, segue para o Senado -a não ser que haja recurso para que os deputados votem em plenário.

"É um momento de muita dificuldade. Nós sabemos da importância que esses 17 setores geram de empregos e de divisas para o país" afirmou Lira.

"Nós estamos com essa dificuldade do espaço orçamentário. Há uma tese que diz que isso não conta, há uma tese que diz que isso conta. Mas toda nossa boa vontade em discutir a matéria, sensibilidade acima de tudo, para que essa questão da desoneração possa ser tratada de uma maneira inclusive mais permanente."

O deputado lembrou que a última prorrogação foi por um a no e expira agora no final de 202L O texto na CCJ prevê a extensão por mais cinco anos.

Na avaliação de Lira, há tempo suficiente para votar o projeto. "A tramitação é simples, é um projeto de lei. A questão são dos ajustes técnicos e as suas repercussões", ressaltou.

"Mas há um grupo muito mobilizado na frente nova parlamentar que foi criada do empreendedorismo, que está se reunindo aí com mais de 200 empresários, fomentando essa frente, para que se discuta no Congresso alternativas legislativas para se encontrar uma maneira permanente de se discutir a desoneração da folha mais ampla no Brasil."

O relator do texto que renova a desoneração da folha, o deputado Jerônimo Goergen (PP-RS), desistiu de trabalhar por uma medida estrutural que amplie esse benefício a todas as empresas do país e decidiu focar

a renovação dos benefícios aos 17 setores.

Segundo membros do Ministério da Economia, a tendência é que o projeto de prorrogação seja vetado se tiver aprovação do Congresso. Isso porque o texto não apresenta uma fonte de compensação para esse incentivo.

O governo abriria mão de arrecadar R\$ 8,3 bilhões por ano, caso o benefício seja prorrogado para os 17 setores. Essa perda de receita não está prevista no Orçamento de 2022.

O Executivo já foi derrotado no ano passado quando tentou impedir a prorrogação da desoneração desses setores até o fim de 2021. Nos últimos anos, o clima no Congresso tem sido favorável a essa iniciativa.

A desoneração da folha a alguns setores, adotada no governo petista, permite que empresas possam contribuir com um percentual que varia de 1% a 4,5% sobre o faturamento bruto, em vez de 20% sobre a remuneração dos funcionários para a **Previdência Social** (contribuição patronal).

Isso representa uma diminuição no custo de contratação de mão de obra. Por outro lado, significa menos dinheiro nos cofres públicos.

Atualmente, a medida beneficia companhias de call center, o ramo da informática, com desenvolvimento de sistemas, processamento de dados e criação de jogos eletrônicos, além de empresas de comunicação, companhias que atuam no transporte rodoviário coletivo de passageiros e empresas de construção civil e de obras de infraestrutura, entre outros.

Na entrevista à Bandeirantes, Lira voltou a criticar o monopólio da Petrobras no gás. "Há uma possibilidade clara de se acionar o Cade [Conselho Administrativo de Defesa Econômica] para se intervir nesta questão do monopólio, porque o preço do gás no Brasil, com as condições e as jazidas que nós temos, é inadmissível", afirmou.

"Então todas as medidas legislativas que forem possíveis para discussão da matéria com seriedade e sobriedade a Câmara dos Deputados está disposta a fazer."

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=496>**

**99**

# Reforma da Previdência avança na Câmara de SP



Protesto. Servidores municipais durante manifestação contra a reforma da Previdência, em frente à Câmara de São Paulo

**Adriana Ferraz Levy Teles**

A Câmara Municipal de São Paulo aprovou ontem, em primeira discussão, a proposta de reforma previdenciária encaminhada à Casa pelo prefeito Ricardo Nunes (MDB) há menos de um mês. A proposta foi aprovada pelo quórum mínimo - 37 votos -, enquanto servidores protestavam dentro e fora do plenário contra o aumento da idade mínima e o fim da isenção para inativos.

Com o avanço do projeto, São Paulo se une a pelo menos outras 15 capitais que já aprovaram alterações semelhantes desde o ano passado.

A lista inclui Salvador, Fortaleza, João Pessoa, Rio, Belo Horizonte, Vitória, Recife, Campo Grande, Manaus, Natal, Goiânia, Rio Branco, Florianópolis, Porto Alegre e Curitiba. Na maioria dos casos, os vereadores deram aval para o aumento da idade mínima e da contribuição mensal dos servidores, mas sem mexer com os inativos.

A capital do Paraná é uma das poucas exceções. A Câmara de Curitiba aprovou projeto quase idêntico ao da capital anteontem, também em primeira votação.

De acordo com o prefeito Rafael Greca (DEM), o déficit no sistema, que está em R\$ 14,5 bilhões, justifica a necessidade de se alterar as regras.

Esse movimento nacional, que se ampliou após as eleições municipais de 2020, é reflexo da reforma federal aprovada um ano antes. Na época, deputados e senadores rejeitaram mudar as regras de outros entes sob o argumento de que estariam assumindo o ônus político de prefeitos e governadores.

Como consequência, municípios que possuem

regimes próprios de **previdência social** podem ditar suas regras. É o caso de São Paulo e da maioria das capitais - hoje, 2,1 mil municípios têm regimes próprios e outros 3,4 mil são vinculados ao Instituto Nacional de **Seguridade Social (INSS)**, cujas regras foram mudadas em 2019.

Em São Paulo, por se tratar de matéria previdenciária, é preciso alterar a Lei Orgânica do Município, tarefa que exige quórum qualificado, ou pelo menos 37 votos. Os votos contrários foram 16 no total e dados por seis vereadores do PSOL, seis do PT (o placar final não mostra os votos de Arselino e Jair Tatto, que votariam contra) e por quatro parlamentares mais próximos da base aliada: Sonaira Fernandes (Republicanos), Delegado Palumbo (MDB), Eliseu Gabriel (PSB) e Faria de Sá (PP).

Para entrar em vigência, o projeto precisa passar mais uma vez pelo plenário da Câmara antes de ser sancionado por Nunes, que ontem passou pelo seu teste mais difícil até aqui no Legislativo.

A expectativa agora é de que alterações possam ser propostas no texto antes da votação definitiva, prevista já para o mês que vem. Mudanças na estrutura do governo para acomodar aliados não estão descartadas (mais informações nesta página).

Déficit. A gestão Nunes alega que a reforma (que pode ser a segunda, em menos de três anos) é necessária para que se reduza o déficit estimado em R\$ 171 bilhões para R\$ 60 bilhões num prazo de 75 anos. Em 2018, o município já havia aprovado o aumento da contribuição dos servidores - a alíquota sobre a folha de pagamento passou de 11% para 14%.

Agora, os dois principais objetivos são elevar a idade mínima para a concessão do benefício e tributar em 14% também os inativos que recebem acima de um salário mínimo por mês. Se aprovadas em segunda discussão, as mudanças serão significativas.

À exceção dos professores, mulheres só poderão se aposentar com 62 anos e homens, com 65 anos, mesmo modelo aplicado pelo Instituto Nacional de **Seguridade Social (INSS)**.

Já a regra que mexe na isenção concedida hoje aos inativos pode afetar diretamente 63.730 servidores

aposentados da Prefeitura que não pagam nenhum tipo de taxa. A estimativa é da Secretaria Municipal da Fazenda.

O projeto aprovado ontem prevê que todos os inativos que recebem acima do mínimo, ou seja, R\$ 1,1 mil, já passem a ter desconto na folha. Para quem recebe R\$ 2 mil, por exemplo, a perda real seria de R\$ 280. Hoje, só contribui quem ganha acima de R\$ 6,4 mil mensais.

O vereador João Jorge (PSDB) defendeu o projeto.

Aos servidores que estavam nas galerias do plenário, o tucano afirmou que, sem a reforma, a Prefeitura não terá como pagar os aposentados no futuro. O mesmo argumento foi usado pelo líder do governo, Fabio Riva (PSDB). Segundo ele, nenhum vereador votaria a proposta se ela não fosse, de fato, necessário.

Vereadores do Novo também apoiaram as mudanças.

Críticas. A intenção da Prefeitura de taxar de forma uniforme todos os aposentados que recebem acima do mínimo foi um dos motivos que levaram Sonaira Fernandes a votar contra o projeto. "A reforma federal prevê um escalonamento e esse projeto, não. Isso (alíquota de 14%) é muita coisa para quem ganha um salário mínimo. Precisamos falar sobre funcionalismo, sim, mas não existe privilégio neste caso. O aposentado que vai receber um desconto na sua folha vai sentir muito." Colega de partido de Nunes, Delegado Palumbo também se posicionou contra. Para ele, taxar quem ganha pouco mais de um salário é "covardia". "Sou casado com uma professora, meu pai é professor e me recuso a votar contra os funcionários públicos.

Taxar quem ganha acima de um salário mínimo é uma covardia", afirmou anteontem, durante o debate do projeto.

Líder do PT na Casa, o vereador Eduardo Suplicy criticou a "pressa" para a votação e apelou para que a base aliada aguardasse a conclusão dos trabalhos da comissão de estudos criada pela Casa. "Teríamos mais condições de avaliar a matéria." Servidores protestaram contra a reforma e houve confusão.

Do lado de fora, integrantes do Movimento Brasil Livre (MBL) afirmaram que um de seus representantes foi empurrado e ofendido por manifestantes. Nas galerias, alguns foram ameaçados de prisão pelo presidente da Casa, Milton Leite (DEM), por xingarem parlamentares.

-

Dois vereadores votam de Dubai

Com as votações ainda ocorrendo de forma híbrida na Câmara Municipal, dois vereadores da base aliada do governo deram aval para a reforma da Previdência diretamente de Dubai, onde cumprem missão oficial. Rodrigo Goulart (PSD) e Atilio Francisco (Republicanos) votaram de forma remota, opção legal, segundo afirmou a presidência da Casa a vereadores do PSOL que questionaram a possibilidade.

"Estou aqui em missão oficial.

Por causa do fuso horário, passei a madrugada toda no lobby do hotel ontem (anteontem) acompanhando os debates. Se não pudesse votar daqui, nem teria vindo", afirmou Goulart. O vereador viajou para participar da Expo 2020 Dubai.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Orçamento de 2022 ignora fila de espera do INSS; custo pode ir a R\$ 11 bi



Idiana Tomazelli / BRASÍLIA

O governo não previu recursos para uma eventual redução da fila do **INSS** em suas projeções de despesas no Orçamento de 2022. Hoje, há cerca de 1,8 milhão de pedidos aguardando uma resposta do órgão. A proposta enviada ao Congresso tem zero espaço dentro do teto de gastos (a regra que limita o avanço das despesas à variação da **inflação**) e uma imensa "lista de espera" por mais recursos, que inclui a correção adicional de benefícios devido à alta da **inflação**, com custo estimado em R\$ 19 bilhões, a ampliação do Bolsa Família e emendas para abastecer redutos de parlamentares em ano eleitoral.

Simulações obtidas pelo Estadão/ Broadcast apontam que a despesa adicional poderia chegar a R\$ 11 bilhões no ano que vem, considerando o valor médio dos benefícios deferidos, uma concessão média de 50% e uma redução gradual da fila.

O governo tem um acordo com Supremo Tribunal Federal (STF), Ministério Público Federal e órgãos de controle para regularizar os prazos de análise dos pedidos de benefício. Por causa disso, técnicos avaliam que seria "prudente" considerar o "desrepresamento" da fila no Orçamento de 2022, o que não foi feito. Os ministérios envolvidos não fornecem nenhuma projeção oficial de despesa com a regularização dos pedidos.

Enquanto isso, brasileiros seguem na espera. Um deles é o gerente de loja Joel Moraes Pessoa, de 57 anos, morador de Valparaíso de Goiás. Ele ingressou com o pedido de aposentadoria por tempo de contribuição em 2 de julho e, até agora, não teve resposta.

Atingido pela suspensão de contrato durante a pandemia de covid-19, precisou trabalhar mais tempo

que o inicialmente planejado para fechar os 35 anos de contribuição exigidos em lei e cumprir também os seis meses de "pedágio" devido à reforma da Previdência. "Não consigo entender por que essa demora toda. A gente tem o direito de se aposentar.

Tenho amigos que estão esperando há seis meses", afirma.

O requerimento de Sebastião Rolim, de 63 anos, de Ubatuba (SP), vem de mais tempo. Deficiente visual e de baixa renda, ele pediu acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) em 22 de maio deste ano. Passou pela avaliação social, em agosto, e por perícia médica no fim de setembro, mas até agora não teve resposta. O benefício, que seria de um salário mínimo (R\$ 1,1 mil), faz falta. Sem renda alguma, ele recebe ajuda de amigos, vizinhos e familiares para comer e pagar contas. "Hoje mesmo uma vizinha me deu dois quilos de feijão e um pacote de carne seca", conta.

Bônus. Em conversas reservadas, técnicos negam que haja uma orientação deliberada para segurar as concessões de benefícios do **INSS** e, assim, conter artificialmente as despesas do governo. Para sustentar esse argumento, elencam restrições operacionais do órgão, que teve sua capacidade de análise reduzida com o fim da vigência de uma medida provisória que autorizava pagar um bônus aos servidores por análise extra de pedidos atrasados. Apenas esse bônus garantiria uma análise adicional de 150 mil requerimentos ao mês. A pandemia também elevou a demanda por benefícios assistenciais e auxílios-doença, afetando a tentativa de regularização.

O próprio acordo judicial também torna mais custoso ter uma fila de requerimentos, pois o governo passou a pagar juros sobre os valores.

"Às vezes, a eficiência "atrapalha".

É o caso dos precatórios. A Justiça se tornou mais ágil e apareceram mais precatórios para pagar. Se o **INSS** se torna mais ágil, aparece mais despesa para pagar e incomoda todo mundo", afirma o economista Marcos Mendes, pesquisador do Insper e ex-chefe da assessoria especial do Ministério da Fazenda.

Mendes tem notado alguma "subestimação" nas

despesas com Previdência para 2022 - o que ajudou o governo a apresentar um Orçamento respeitando o teto de gastos.

A reportagem solicitou ao Ministério do Trabalho e Previdência, em 27 de setembro, as projeções oficiais de redução da fila, mas não recebeu nenhum dado.

Quatro dias depois, a pasta enviou uma nota em que reconhece que a redução da fila não está incluída nas projeções de despesas da Previdência. "O **INSS** tem adotado uma série de medidas de gestão visando o desrepresamento de requerimentos de benefícios.

A Secretaria de Previdência tem buscado acompanhar e apoiar essas medidas. No que se refere às projeções de despesas do RGPS, o modelo considera o histórico recente das concessões. Eventuais ajustes decorrentes da evolução do desrepresamento são captados nas revisões bimestrais", diz o **comunicado**. **INSS** e Ministério da Economia não responderam até a conclusão desta edição.

"Direito"

"Às vezes, a eficiência "atrapalha". Se o **INSS** se torna mais ágil, aparece mais despesa para pagar e incomoda todo mundo."

Marcos Mendes ECONOMISTA

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>



# Órgão descumpre prazo para analisar pedidos de benefício

Quatro meses depois do início da vigência de um acordo para reduzir as filas por benefícios, o **INSS** não está conseguindo cumprir alguns dos prazos estipulados em conjunto com a Justiça, Ministério Público Federal (MPF) e órgãos de controle. O retrato mais recente mostra que, na contramão do acerto, a fila até aumentou na comparação com o fim de 2020.

O acordo, homologado em 9 de dezembro de 2020 pelo ministro Alexandre de Moraes, do STF, previa um período de transição de seis meses até o início da cobrança dos prazos acertados, o que passou a acontecer a partir de 10 de junho deste ano. A exceção são os benefícios cuja concessão depende de perícia médica ou avaliação social, ações afetadas pela pandemia de covid-19.

Para esses, os prazos só começam em 31 de janeiro de 2022.

Mesmo depois do período de transição, o **INSS** tem tido dificuldades para colocar os requerimentos em dia. No fim de 2020, havia 1,76 milhão de pedidos aguardando análise. Em agosto de 2021, a fila chegou a 1,829 milhão, segundo o Boletim Estatístico da **Previdência Social**. Desses, 1,41 milhão aguarda algum tipo de ação do **INSS**, enquanto 421 mil dependem do segurado para avançar.

"Tem alguns prazos que estão ultrapassando, e nós, do comitê executivo, estamos discutindo com o **INSS** medidas para implementar efetivamente o prazo acertado. Acho que até o final do ano a coisa vai andar", afirma a procuradora regional da República Zélia Pierdoná, que integra o comitê executivo de acompanhamento.

Segundo apurou o Estadão/ Broadcast, o **INSS** teve resultados abaixo do esperado com algumas iniciativas deflagradas para tentar resolver a fila, enquanto outras ainda estão na gaveta esperando aval de diferentes instâncias do governo para serem implementadas.

Já a contratação de temporários rendeu menos do que o esperado.

O governo queria contratar 6,5 mil trabalhadores temporários - incluindo militares da reserva - para reforçar o atendimento nas agências e liberar

servidores do próprio **INSS** para a área de análise de benefícios, desfalcada devido ao grande número de aposentadorias nos últimos anos.

Em meio à pandemia, o **INSS** só conseguiu contratar pouco mais de 3 mil, cujo treinamento levou mais tempo do que o previsto e só terminou em dezembro.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Projeto da CPI prevê pensão a órfãos da pandemia

**JULIA LINDNER E NATÁLIA PORTINARI *pd ítica@ og  
lobo.com. br BRASÍLIA***

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>**

# Analistas voltam a melhorar previsão de déficit primário para este ano e o próximo

**Mariana Ribeiro**

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187034?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187034?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187034?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187034?page=1&section=1)

# Governo avalia auxílio apenas para Bolsa Família

**JÚLIA LINDNER E ELIANE OLIVEIRA**  
***economia@oglobo.com.br*** BRASÍLIA

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Governadores querem ir ao STF contra mudança na tributação de combustível

**Thiago Resende, Renato Machado e Washington Luiz  
brasília**

Contrários ao projeto que muda a regra de tributação sobre combustíveis, governadores devem entrar com uma ação no STF (Supremo Tribunal Federal) para tentar barrar a medida caso o Senado também aprove a proposta. O texto passou pela Câmara nesta quarta-feira (13).

A expectativa no Senado é que a proposta consiga avançar, apesar da resistência a alterar **impostos** que possam prejudicar estados e da visão de que o projeto aprovado na Câmara confirma o discurso do presidente Jair Bolsonaro, que culpa governadores pelo preço dos combustíveis. Lideranças das principais bancadas acreditam que "algo precisa ser feito".

Patrocinado pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), o projeto prevê que o ICMS (imposto estadual) passe a ser um valor fixo. Os estados e o Distrito Federal poderão definir anualmente as alíquotas específicas. A taxa do tributo será calculada com base no valor médio dos combustíveis nos últimos dois anos.

Hoje, o ICMS é calculado com base em um preço de referência, conhecido como PMPF (preço médio ponderado ao consumidor final), revisto a cada 15 dias de acordo com pesquisa de preços nos postos. Sobre esse valor, são aplicadas as alíquotas de cada combustível.

Com a mudança, Lira e aliados do governo afirmam que o preço da gasolina deverá cair 8%. No caso do etanol, a queda seria de 7%, e de 3,7% para o diesel. O método de cálculo, no entanto, não foi divulgado.

Governadores, que perderão receita, e parlamentares da oposição dizem que a medida não ataca o real problema da alta dos preços dos combustíveis, que está relacionada à desvalorização do câmbio e ao aumento do valor do barril de petróleo no mercado internacional.

"O forte aumento que os preços dos combustíveis sofreram nada tem a ver com [as alíquotas do] ICMS. Os preços vão continuar subindo e isso vai desmoralizar a todos", avalia o presidente do

Consórcio Nordeste e governador do Piauí, Wellington Dias (PT).

O argumento para acionar o STF é que não caberia ao Congresso definir as regras do ICMS, e sim aos estados.

"Estou impressionado como votam no Congresso Nacional um projeto sobre tributação estadual. Não há autorização constitucional para aqueles preceitos", disse Dias.

O presidente do Fórum dos Governadores e governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), também afirmou que a proposta da Câmara é inconstitucional.

"A Petrobras, que é uma empresa pública, é uma empresa do povo brasileiro, que vem constantemente gerando aumentos no combustível e no gás de cozinha da população. Estão querendo transferir a responsabilidade para os estados, mas nós vamos barrar isso no Supremo Tribunal Federal", afirmou Ibaneis.

A Febrafite (Federação Brasileira de Associações de Fiscais de **Tributos** Estaduais) calcula que a proposta de Lira geraria uma perda de R\$ 24 bilhões por ano na arrecadação de estados e municípios.

O cálculo foi usado pelo Comsefaz (Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda Estaduais), que divulgou uma nota nesta quarta contra o projeto patrocinado pelo presidente da Câmara.

No Senado, existe o sentimento que "algo precisa ser feito" para segurar o preço dos combustíveis, de modo a não atrapalhar a retomada do crescimento econômico e segurar a **inflação**.

"Acho que algo precisa ser feito para frear essa disparada de preços dos combustíveis e energia elétrica", responde Eduardo Braga (MDB-AM), líder da maior bancada do Senado, quando questionado sobre as chances de a proposta avançar no Senado.

O líder do governo no Congresso, senador Eduardo Gomes (MDB-TO), afirma que será preciso esperar o início da próxima semana para verificar quais as chances da proposta aprovada na Câmara prosperar.

Gomes afirma que historicamente o Senado é ligado aos governadores, o que sinalizaria uma tendência a engavetar o projeto que desagrada os estados. No entanto, o momento atual é diferente e por isso considera que a pressão para votar a proposta pode ser maior do que a resistência a ele.

"Um ano atrás, eu diria que rejeitava [a proposta], porque havia uma certa incidência dos governadores. Afinal, o Senado é a Casa dos estados", afirmou.

"Mas eu vejo atualmente uma pressão muito grande para votar. Então vamos precisar esperar o início da próxima semana para ter uma ideia", completou.

A oposição, no entanto, promete impor obstáculos para a proposta, argumentando que se trata apenas de um "paliativo", de pouco efeito concreto.

"Essa medida que a Câmara acabou confeccionando tem a pretensão de manter no ar essa acusação do presidente Bolsonaro aos governadores no sentido de serem eles, ou da aplicação do imposto ICMS ser a responsável pelo preço do combustível e isso todo mundo já viu que é uma bobagem", afirmou o líder da minoria, Jean Paul Prates (PT-RN).

O senador petista acrescenta que o problema da alta dos preços é estrutural

"Essa medida é um paliativo perigoso. Não passa de um anestésico. A dor da crise causada pelos reajustes dolarizados em tempo real é causada pela política de preços internos adotada desde 2017. Are-tomada econômica da economia mundial e o inverno europeu projetam ainda mais aumentos até janeiro de 2022" afirma.

"O Brasil é autossuficiente em petróleo e não deveria estar 100% sujeito às intempéries e conjunturas de outros países", completou.

Na mesma linha, o líder do Podemos no Senado, Álvaro Dias (Podemos-PR), avalia que o projeto não irá solucionar o problema e que as mudanças serão apenas paliativas.

"Esses remendos à colcha de retalhos complicam ainda mais o sistema [tributário]. Existem duas outras medidas fundamentais: a **reforma tributária**, tributar menos no consumo e mais na renda. Isso alcançaria também o preço dos combustíveis", afirmou em vídeo publicados nas suas redes sociais.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=496>

99

# Mudança no ICMS é demagógica e cria incentivo a combustíveis fósseis (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Mudança no ICMS deve ter tramitação difícil no Senado

*Renan Truffi e Vandson Lima*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187034?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187034?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187034?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187034?page=1&section=1)



# Governadores pressionarão bancadas e acionarão o STF

*Andréa Jubé, Raphael Di Cuntoe André Guilherme Vieira,  
Fábio Graner*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187034?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187034?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187034?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187034?page=1&section=1)

# Ministério da Economia vê risco fiscal com judicialização

**Fabio Graner**

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187034?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187034?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187034?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187034?page=1&section=1)

# A reforma do tributo seletivo (Artigo)

**Nelson Barbosa** Professor da FGV e da UnB, ex-ministro da Fazenda e do Planejamento (2015-2016). É doutor em economia pela New School for Social Research

Como comentei na última semana, a PEC (Proposta de Emenda Constitucional) 110 do Senado avançou na discussão da tributação indireta, abandonando a unificação desnecessária de contribuições federais com **impostos** estaduais e municipais.

Volto ao tema para falar de imposto seletivo, o tributo específico sobre alguns produtos e atividades, pois a PEC 110 também avançou nesse tema.

Em vez de integrar o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) no novo IVA (Imposto sobre Valor Adicionado), a PEC 110 transforma o IPI em tributo seletivo, a ser cobrado adicionalmente ao IVA geral.

Vários países têm imposto seletivo sobre produtos ou atividades com "externalidades negativas", isto é, coisas cuja utilização tem efeitos negativos sobre a sociedade, ou que a sociedade deseja desestimular.

Os alvos usuais de tributo seletivo são cigarros e bebidas, devido a seus efeitos nocivos sobre a saúde pessoal e custos para o governo. Vários países também adotam tributo seletivo sobre combustíveis fósseis e itens que prejudicam o meio ambiente, mas esse tema ainda é controverso.

**Tributos** seletivos também podem atenuar flutuação de preços, baixando a alíquota em período de elevação de cotações internacionais e fazendo o oposto em período de queda do preço de referência. Nossa Cide (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico) sobre combustíveis deveria fazer isso, mas na prática os últimos governos só baixaram o tributo, que hoje está praticamente zerado.

No Brasil o IPI também é utilizado para penalizar consumo de itens "supérfluos", segundo a realidade de 50 anos atrás. Traduzindo do economês, além dos **tributos** indiretos usuais, pagamos um adicional na compra de bens de consumo duráveis, como automóveis, geladeiras, máquina de lavar e outros itens que eram considerados "bens de luxo" nos anos 1970, mas que hoje são produtos de consumo popular.

Já passou da hora de revisar a estrutura de IPI, zerando o imposto seletivo sobre itens de consumo, mas de um modo que ajude o desenvolvimento sustentável. Um exemplo desse tipo de medida

aconteceu na década passada, quando os governos do PT modularam as alíquotas de IPI sobre produtos de linha branca de acordo com sua eficiência energética.

Por exemplo, uma geladeira que consumisse relativamente menos energia (selo "A") pagava 5% de IPI. Já uma geladeira menos eficiente (selo C, D ou E) pagava 15%. A mesma lógica pode ser utilizada para outros itens, incluindo automóveis, redefinindo o IPI com base no consumo de combustível por quilometro rodado e emissão de gases efeito estufa. Hoje o IPI varia por cilindrada, mas esse é um critério ultrapassado.

O princípio geral da reforma do imposto seletivo deve ser tributo zero sobre bens de consumo popular que atendam ao grau desejado de eficiência energética ou ambiental, mantendo a penalização sobre cigarros, bebidas e outros itens com externalidades negativas.

Por fim, o IPI que ainda incide sobre insumos produtivos também deve ser zerado, para não penalizar agregação de valor pela indústria. Parece simples, mas o debate é difícil porque hoje o IPI sobre insumos funciona como proteção para algumas atividades na Zona Franca de Manaus. A empresa não paga o tributo, mas obtém um crédito tributário como se tivesse pagado o tributo (vejam a "bolsa concentrado" no setor de refrigerantes).

A reforma do IPI pode baratear bastante itens de consumo popular, auxiliar o desenvolvimento sustentável e estimular a diversificação produtiva do país. A questão técnica é simples. A questão política não. Mais um desafio para o próximo governo.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=496>

99

# O acordo mundial sobre impostos na era digital (Editorial)

O acordo a que chegaram 136 países para a criação de um imposto mínimo global de 15% para empresas multinacionais é o ponto alto de um processo de negociações que durou vários anos sob a condução da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), teve o apoio do grupo das sete maiores (G-7) e das 20 maiores (G-20) economias do mundo, é considerado a maior reforma do sistema internacional de **impostos** em mais de um século e proporcionará arrecadação tributária adicional estimada em US\$ 150 bilhões por ano.

Trata-se de um fato histórico, disse a OCDE, e, quando implementado - boa parte de suas regras depende de aprovação legislativa de cada país signatário -, "tornará nossos acordos fiscais internacionais mais justos e mais funcionais", segundo o secretário-geral da Organização, Mathias Cormann.

É uma vitória do multilateralismo, disse ainda Cormann, pois o acordo pretende assegurar um sistema mais eficaz e equilibrado, adequado à economia mundial e digitalizada. O acordo cria um imposto corporativo de natureza mundial com alíquota efetiva mínima de 15%.

Novas regras tributárias forçarão as grandes corporações a declarar lucros com mais clareza e a pagar mais **impostos** nos países onde atuam. Haverá também regras para limitar a evasão fiscal nas operações interfronteiras e para evitar a competição entre os países. Ou seja, a guerra fiscal entre nações será desestimulada.

Dificuldades marcaram as negociações e, até seu término, alguns países relutaram em aceitar os termos finais do acordo. Conseguiu-se, afinal, chegar a um entendimento sobre a divisão da tributação dos lucros das multinacionais.

As empresas com faturamento superior a US\$ 20 bilhões deverão alocar 25% de seus lucros e uma margem de 10% nos países em que atuam, com base nas vendas.

Estruturalmente, o acordo tem dois pilares. O primeiro garantirá uma distribuição mais justa entre os países dos benefícios de imposição de tributação sobre as empresas maiores e mais rentáveis. O segundo pilar cria o imposto mínimo global de 15% sobre empresas

cujo faturamento anual supere US\$ 750 milhões.

Está em negociação uma convenção multilateral, prevista para 2022 e com aplicação em 2023, sobre boa parte das medidas constantes do acordo fechado há dias.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Lira prevê solução definitiva para desonerar folha



Lauriberto Pompeu Wesley Galzo / BRASÍLIA

O presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), afirmou ontem que o Congresso analisa maneiras de fazer com que a desoneração na folha de pagamento de empresas seja aplicada de forma permanente.

Um projeto de lei que prorroga a medida até 2026 tramita na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara.

"Há um grupo muito mobilizado na frente parlamentar do empreendedorismo, que está se reunindo com mais de 200 empresários, para que se discuta no Congresso alternativas legislativas para se encontrar uma maneira permanente de se discutir a desoneração da folha mais ampla no Brasil", disse Lira em entrevista à Rádio Bandeirantes, sem citar quais seriam as alternativas.

A desoneração está em vigor desde 2011 e beneficia os 17 setores que mais empregam no País ao reduzir os encargos cobrados sobre os salários dos funcionários.

A política de benefício fiscal terminaria no fim de 2020, mas o Congresso decidiu prorrogar a medida até 31 de dezembro 2021 sob o argumento de que os efeitos da pandemia seriam agravados para setores

beneficiados pela medida, como construção civil, tecnologia da informação, transporte coletivo urbano rodoviário e metroviário, comunicação e têxtil. O presidente Jair Bolsonaro, no entanto, vetou a medida, a pedido da equipe econômica. Mas o Congresso derrubou o veto.

O argumento do time de Paulo Guedes, ministro da Economia, é o impacto que a desoneração pode ter nas contas públicas, com redução da arrecadação.

Por outro lado, empresários dizem que, sem essa condição, haverá demissões. O alerta é reforçado pelo relator do texto na CCJ, deputado Marcelo Freitas (PSL-MG). "Vislumbramos que essa proposta, ao invés de ser um custo para o Orçamento, ela é um investimento.

Estamos tratando da manutenção de 3 a 6 milhões de postos de trabalho." O presidente da Câmara reconhece que a discussão ainda não chegou a um consenso.

"Nós estamos com essa dificuldade do espaço orçamentário.

Há uma tese que diz que isso não conta (nas contas públicas), mas toda nossa boa vontade em discutir a matéria." Mesmo com a resistência do governo, Lira afirmou que tem "sensibilidade acima de tudo para que essa questão da desoneração possa ser tratada de uma maneira, inclusive, mais permanente".

Supremo. Após a derrubada do veto, no ano passado, o governo recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF) para que a desoneração seja suspensa antes do fim deste ano. A Corte vai começar a julgar o caso hoje. A ação será analisada no plenário virtual, em que os ministros da Corte têm até 22 de outubro para se posicionar. O relator do caso é o ministro Ricardo Lewandowski. Em dezembro de 2020, ele rejeitou liminar favorável ao pedido do governo.

O Estadão apurou que a maioria dos ministros ainda aguarda a liberação do voto do relator para definir a posição no julgamento.

Em conversas reservadas, porém, um ministro revelou a interlocutores a existência de dois cenários: atender ao pedido da Advocacia-Geral da União, para evitar

que o STF imponha derrotas sucessivas ao governo, ou a retirada da pauta do plenário virtual para que seja julgado presencialmente, com debates com transmissão ao vivo.

#### Avaliação

"Ao invés de ser um custo para o Orçamento, ela é um investimento. Estamos tratando da manutenção de 3 a 6 milhões de postos de trabalho."

Marcelo Freitas (PSL-MG) RELATOR DO TEXTO DA  
DESONERAÇÃO

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Itamaraty vai trocar até 40 embaixadores

*Daniel Rittner*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187034?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187034?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187034?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187034?page=1&section=1)

# Proposta representa distorção do tributo, dizem especialistas

*André Ramalho e Marta Watanabe*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187034?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187034?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187034?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187034?page=1&section=1)



# Dividendo social

**MANOEL VENTURA - BRASÍLIA**

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>**

# Brasil rumo a inflação alta e PIB fraco nos próximos trimestres, diz Capital Economics

*Anais Fernandes*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187034?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187034?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187034?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187034?page=1&section=1)

# PEC dos precatórios pode postergar despesas de R\$ 346,7 bi até 2030

**Fabio Graner**

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187034?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187034?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187034?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187034?page=1&section=1)